



**ST5 – POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: FALÁCIA OU REALIDADE?**

**DEINDUSTRIALIZATION IN BRAZIL: FALLACY OR REALITY?**

Roseli Fistarol KRUGER<sup>1</sup>, Sérgio Luiz ALLEBRANDT<sup>2</sup>, Taciana Angélica Moraes RIBAS<sup>3</sup>,

Reneo Pedro PREDIGER<sup>4</sup>

**Resumo:** Este estudo nasceu do interesse nas discussões sobre a possibilidade de haver, no Brasil, um processo de desindustrialização. Nas pesquisas realizadas foi possível investigar o processo de desenvolvimento da indústria no Brasil, para depois analisar as diferentes abordagens sobre a desindustrialização, os ortodoxos e heterodoxos. Também, foi possível, a partir da análise destas diferentes abordagens, do conceito da desindustrialização e da construção dos dados do período das décadas de 1980 e 1990. Contudo, como comparativo, foram analisados dados de 2002 a 2017 que levaram em consideração o VAB por segmentos: agropecuária, indústria, serviços e administração pública. Tendo como apoio os estudos nas diversas linhas de pensamento, com base no conceito ampliado de desindustrialização e analisando os dados coletados, é possível constatar evidências de processo de desindustrialização no Brasil, porém, este estudo não pode ser considerado conclusivo. Por este motivo, sugere-se que estudos sobre a possibilidade de um processo de desindustrialização no Brasil, sejam realizados com mais detalhes e com análises de dados quantitativos e qualitativos em um período de tempo mais longo e mais atual.

**Palavras-chave:** Indústria brasileira. Desindustrialização. Desenvolvimento regional.

**Abstract:** This study was born out of interest in discussions about the possibility of a deindustrialization process in Brazil. In the researches carried out it was possible to investigate the process of development of the industry in Brazil, to later analyze the different approaches on deindustrialization, the orthodox and heterodox. It was also possible, from the analysis of these different approaches, the concept of deindustrialization and the construction of data from the 1980s and 1990s. However, as a comparison, data from 2002 to 2017 were analyzed, which took into account the GVA by segments: agriculture, industry, services and administration. And, having as support the studies in the different lines of thought, based on the expanded concept of deindustrialization and analyzing the collected data, it is possible to verify evidence of the

<sup>1</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/UNIJUI (Turma 2017). Bolsista Proscuc/Capes. Mestre em Desenvolvimento pelo PPGDR/UNIJUI (2016). Graduada em Administração pela UNIJUI (2008). E-mail: [rfistarol@gmail.com](mailto:rfistarol@gmail.com).

<sup>2</sup> Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq; Professor Titular e Coordenador do PPGDR/UNIJUI; Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC); Doutor em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/UNISC (2010). E-mail: [allebr@unijui.edu.br](mailto:allebr@unijui.edu.br).

<sup>3</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR/UNIJUI (Turma 2018). Bolsista Proscuc/Capes. Mestre em Desenvolvimento pelo PPGDR/UNIJUI (2017). Graduada em Gestão Pública pela UNIJUI (2014). E-mail: [taciana.ribas@sou.unijui.edu.br](mailto:taciana.ribas@sou.unijui.edu.br).

<sup>4</sup> Doutor em Desenvolvimento Regional - Unijui (2020); Mestre em Ciência da Computação - UFRGS (1982); Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Cerro Largo. E-mail: [reneo@uffs.edu.br](mailto:reneo@uffs.edu.br).



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

process of deindustrialization in Brazil, however, this study cannot be considered conclusive. For this reason, it is suggested that studies on the possibility of a deindustrialization process in Brazil, be carried out in more detail and with analysis of quantitative and qualitative data over a longer and more current period of time.

**Keywords:** Brazilian industry. Deindustrialization. Regional development.

## INTRODUÇÃO

Este estudo nasceu do interesse em investigar a controversa discussão sobre o processo de desindustrialização no Brasil. Em meio a inúmeras análises realizadas, um grupo de pesquisadores tem levantado a questão de um possível processo de desindustrialização no Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2010a; OREIRO; FEIJÓ, 2010; PALMA, 2005). Por sua vez, outro grupo defende a tese de que não se trata de desindustrialização, mas que consiste em um processo de perda relativa da importância do segmento industrial, na renda e emprego nacional, que foi transferido para o setor de serviços (BONELLI; PESSÔA, 2010; NAKAHODO; JANK, 2006; NASSIF, 2008).

Estas duas linhas de análise são denominadas de heterodoxos e ortodoxos. Os heterodoxos, defendem que a economia brasileira teria passado por um processo de desindustrialização já nas décadas de 1980 e 1990, tanto em termos da participação do emprego, como da participação no valor adicionado. Afirmam que as informações da época revelam que a participação da indústria no PIB, teria reduzido 10,9% no período de 1985 a 1995 (BRESSER-PEREIRA, 2010a; OREIRO; FEIJÓ, 2010).

De outro lado, os ortodoxos afirmam que as reformas ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 favoreceram a indústria ao permitir a importação de máquinas e equipamentos tecnologicamente avançados, viabilizando a modernização do parque industrial brasileiro e, conseqüentemente, promovendo a expansão da produção industrial, como no caso do câmbio real (BONELLI; PESSÔA, 2010; NAKAHODO; JANK, 2006; NASSIF, 2008).

Para entender esta discussão acadêmica, este artigo analisa alguns momentos específicos desta história, que contribuem para a contextualização sobre o processo, ou não, de desindustrialização. Iniciando com o (i) modelo econômico brasileiro primário-exportador, depois o (ii) modelo de desenvolvimento nacional e autônomo.

Em seguida, o (iii) crescimento econômico acelerado e liquidez internacional, seguido do (iv) crescimento econômico lento, escassez de divisas e inflação alta. O quinto período é (v) o crescimento econômico lento e estabilidade de preços e, fechando com o período que aborda (vi) as transformações da estrutura industrial ou desindustrialização.

Como discussão final, o artigo explora os diferentes pontos de vista sobre a existência, ou não, de um possível processo de desindustrialização no Brasil e a pertinência do uso de instrumentos de política industrial para o incentivo na retomada do desenvolvimento industrial no país. Trazendo duas tabelas construídas em períodos diferentes dos apresentados nos artigos estudados, anos de 2002 a 2017, para verificar se a representatividade da indústria continuou diminuindo em relação aos demais segmentos.



OBSERVADR





A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica com o intuito de apresentar as diferentes linhas de análise e pensamento sobre a evidência ou não de desindustrialização na economia brasileira. Assim, foram analisados diversos estudos, tanto da linha de pensadores ortodoxos como de heterodoxos, para se conhecer os enfoques e analisar as diferentes opiniões e pontos de destaque de cada pensamento. Noronha e Ferreira (2000, p. 192) entendem que a revisão de literatura é um instrumento importante para aprimoramento de investigação do trabalho, pois permite que o pesquisador tome conhecimento do que ocorreu ou está ocorrendo no campo estudado.

## FATOS MARCANTES DA HISTÓRIA DO BRASIL PARA A ANÁLISE

Com o intuito de conectar os momentos históricos e as diferentes análises, durante a pesquisa foi possível identificar os principais cenários da economia brasileira e, buscando descrevê-los e destacar os principais acontecimentos, os mesmos foram divididos em períodos históricos.

No Período de 1500 a 1930, o modelo econômico era caracterizado como primário-exportador. Luz (1978) argumenta que o período do Império foi marcado pelo consenso sobre a vocação agrícola da economia brasileira. Na época, o Visconde de Cairú (José Maria da Silva Lisboa) e Tavares Bastos, eram defensores do liberalismo econômico e argumentavam que o Brasil deveria especializar-se nas atividades agrícolas e na extração mineral, dadas as vantagens comparativas existentes, particularmente a abundância e a qualidade das terras cultiváveis (CURADO, 2013; LUZ, 1978).

Outra característica da sociedade brasileira, marcante e reforçada historicamente, é a dependência das economias externas. Durante quatro séculos o Brasil permaneceu como colônia, sendo que os primeiros trezentos anos esteve sob o comando de Portugal. Após esse período, manteve relação de dependência econômico-financeira mais direta com a Inglaterra (BRUM, 1999). Mediante a Proclamação da República (1889) a ênfase nas atividades primário-exportadoras e o frágil desenvolvimento das atividades industriais passaram a ser questionados (CURADO, 2013; FONSECA, 2000).

A Primeira Guerra Mundial também deixou sua influência para a industrialização brasileira como os bloqueios econômicos, o processo de exportação e importação foi prejudicado, deixando o Brasil sem a alternativa de exportar seus produtos primários e o impossibilitando de importar produtos industrializados. Com a escassez de importações, aumentou-se a demanda interna por produtos industrializados, impulsionando o surgimento de indústrias no país (BRUM, 1999; LUZ, 1978).

No período entre 1930 e 1964, aproximadamente, houve a tentativa de implantação de um projeto de industrialização do país, como chave para o desenvolvimento nacional e autônomo. Era a primeira vez que um governo<sup>5</sup> assumia seu interesse por projetos de industrialização, concomitantemente com uma agricultura forte, bem como com a implantação e expansão de parques industriais nacionais (BRUM, 1999). A década de trinta foi marcada pelo intenso desenvolvimento das atividades industriais no Brasil, entre 1933 e 1939, o setor industrial cresceu a uma taxa média de 11,2% ao ano e com um importante processo de diversificação das atividades produtivas (CURADO, 2013).

<sup>5</sup> O governo desta época era presidido por Getúlio Vargas.



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

No cenário global, ainda havia a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o que reduziu o ritmo de crescimento das atividades industriais no país, o quadro nacional era de escassez de produtos importados (CURADO, 2013) o que, por sua vez, contribuiu para o surgimento de atividades artesanais e um grande número de pequenos e médios empreendimentos econômicos surgiram em todo o país (BRUM, 1999).

No entanto, o governo precisou tomar frente aos grandes empreendimentos de indústria básica, porque não havia investidores de tal porte e tampouco com experiência empresarial, a exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce, que gerou receita com exportações para os países ativos nos conflitos de guerra (BRUM, 1999; CURADO, 2013). Em agosto de 1942, o Brasil se juntou às Forças Aliadas na Segunda Guerra Mundial. Parte do acordo foi que os EUA ajudariam a desenvolver indústrias pesadas no país, principalmente aço e petróleo (OTOYA, 2018).

Ao final da Segunda Guerra, “o Brasil era grande credor internacional” (BRUM, 1999, p. 212), com cerca de US\$ 5 bilhões de dólares, porém, o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) dilapidou-os com a compra de supérfluos e quinquilharias superadas e obsoletas: “Ainda não havíamos aprendido que nas relações internacionais não há magnanimidades; mas apenas interesses e negócios.” (BRUM, 1999, p. 212).

Até o ano 1950, conforme Brum (1999), ocorreu a primeira fase da industrialização brasileira. A partir da segunda metade da década 1950, iniciou a nova fase da industrialização brasileira, com políticas de incentivo à produção de bens duráveis e que foi até o ano 1974. Durante esse período, a implantação da indústria automotiva representou grande importância, seguida da indústria de eletrodomésticos e eletroeletrônicos (BRUM, 1999).

Entretanto, no início dos anos 1960, a situação econômico-financeira do país ficou grave. Isso ocorreu nos últimos meses do governo de Goulart, considerado como ameaça de comunismo por um grupo considerável de civis-militares. Os problemas eram referentes ao desequilíbrio das contas brasileiras com o exterior; a estagnação do crescimento econômico que perdeu sua dinamicidade; e a inflação que já se tornava difícil de controlar (BRUM, 1999; PIRES; LOTTA; OLIVEIRA, 2018).

No período entre 1964 e 1980, já no governo militar de Castelo Branco, a condução da política econômica aconteceu por meio do Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966). A retomada do crescimento econômico aumentaria a demanda de mão de obra e atenuaria o quadro de pobreza nacional e continha ações para a redução de gastos e aumento de arrecadação de impostos, bem como de correção monetária de impostos atrasados (BRUM, 1999).

O governo também adotou medidas, no sentido de estimular as exportações e diversificar sua carteira de negócios. Impulsionou as exportações de bens manufaturados, a fim de melhorar o desempenho da balança comercial e superar a longa fase de país primário-exportador. O ciclo militar compreendeu a fase árdua de 1964-1967, para a preparação do cenário econômico para uma subsequente expansão da economia brasileira (BRUM, 1999).

Neste período o Brasil havia retomado a trajetória de crescimento econômico e havia um cenário de liquidez internacional e elevada capacidade ociosa na economia (LAMONICA; FEIJÓ, 2011). O crescimento econômico acelerado passou a ser a preocupação central e a expansão industrial era o foco principal do governo (BRUM, 1999). Esse período também faz



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

parte da segunda fase da industrialização brasileira, conforme denominado por Brum (1999) de a fase de produção de bens duráveis, a partir da segunda metade da década de 1950 até 1974.

Foi nessa fase que ocorreu a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) I, de 1968 a 1973, e o PND II, de 1974 a 1979, já sob comando de governo militar (LAMONICA; FEIJÓ, 2011), para o qual o desenvolvimento econômico acelerado favoreceria a segurança nacional (BRUM, 1999). A implantação dos PNDs I e II incentivaram o processo de diversificação da estrutura industrial brasileira e mudança na pauta de exportação, com crescente participação de bens manufaturados (LAMONICA; FEIJÓ, 2011).

O período entre 1969 e 1973 ficou conhecido como o “milagre brasileiro”<sup>6</sup>. Com o decorrer do tempo, porém, o país não sustentou esse alto desempenho econômico. Isso se deve ao fato de que a economia brasileira estava sendo sustentada por recursos externos, como empréstimos, capital de risco e tecnologia importada (BRUM, 1999). “A partir de 1974, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) passou a apresentar tendência declinante. E, em 1981, o país entrou em crise profunda.” (BRUM, 1999, p. 322).

Nesse meio tempo, o ritmo de crescimento da indústria brasileira já apresentava declínio. Somado ao primeiro choque do petróleo, em 1973, e às mudanças de rumo na economia mundial, a economia brasileira sofreu mais agravamentos (BRUM, 1999; LAMONICA; FEIJÓ, 2011). Com o segundo choque do petróleo, em 1979, e com a inflação subindo a patamares de 100%, em 1980, e 200%, em 1983, gerou-se no Brasil o processo inflacionário mais crônico da história mundial (BRUM, 1999).

Contudo, o I e o II PND deixaram seus reflexos positivos na indústria brasileira. Isso aconteceu devido à diversificação na matriz industrial produtiva, à abertura para as exportações de produtos manufaturados, como máquinas e equipamentos, aos materiais de transporte, aos produtos de metal, ou seja, produtos mais sofisticados tecnologicamente e/ou intensivos em capital (LAMONICA; FEIJÓ, 2011).

No período de 1981 a 1994, o crescimento econômico brasileiro foi lento, assombrado pela escassez de divisas e inflação alta (LAMONICA; FEIJÓ, 2011). Além de econômica, a crise brasileira também era social, política, ética, moral e psicológica. No estágio de desenvolvimento atingido pelo Brasil, o termômetro da expansão econômica é dado, especialmente, ao desempenho da atividade industrial, que promoveu reflexos nos demais setores, particularmente nos serviços (BRUM, 1999). Porém, quando a indústria estagnou, em quase todo esse período, o efeito cascata afetou as outras atividades que orbitavam ao seu redor. Isso resultou negativamente no nível de emprego e dos salários, assim como para a arrecadação de tributos. E, o baixo crescimento da indústria de transformação levou, igualmente, a um baixo crescimento do produto interno, nesse período (LAMONICA; FEIJÓ, 2011).

Entre 1981 e 1994, a balança comercial ficou na média superavitária, todavia a economia permaneceu quase estagnada. Isso se deve ao fato de que o aumento do volume das exportações, relativamente ao das importações, não representou um aumento da capacidade de importar, mas sim uma necessidade. O que se deu devido às obrigações para com os serviços da dívida externa.

<sup>6</sup> Segundo Cargnin (2014) o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) deu início à fase denominada de “milagre brasileiro”, com grande crescimento econômico e derrame de capital externo, permeado por estratégias geopolíticas, unindo o território ao poder central através de um grande esforço de integração nacional.





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Assim, como consequência da retração da renda e da demanda interna, parte da produção doméstica foi orientada para fora do país (LAMONICA; FEIJÓ, 2011).

A deterioração do ambiente macroeconômico, provocada pela crise, mudou o cenário para a política industrial. Entretanto, nos anos de 1970 é clara a existência de uma política industrial, a qual era composta por um conjunto de medidas protecionistas e de estímulo à industrialização, como barreiras tarifárias e administrativas, para reduzir a concorrência externa e, incentivos fiscais e de crédito, para estimular os investimentos (LAMONICA; FEIJÓ, 2011).

Quanto à situação econômica, o Brasil somente conseguiu algum alívio no final da década de 1980 e em 1992, mas o restabelecimento de condições do fluxo financeiro com o exterior só foi alcançado mediante a renegociação total da dívida externa brasileira, em 1994, e de outros países da América Latina, por meio do Plano Brady (BRUM, 1999; LAMONICA; FEIJÓ, 2011).

Já no Governo Itamar, o país inicia a trajetória para resgatar a ética na administração pública e política, além de preparar a economia nacional para a implantação de um plano de estabilização econômica, com possibilidade de sucesso. Nesse período acontece o abandono da política recessiva, do presidente Collor, o que resultou em um crescimento da economia, em torno de 4,2%, em 1993, e ao redor de 5,8%, em 1994, puxado principalmente pela indústria que não havia apresentado crescimento desde 1986 (BRUM, 1999).

Com a intenção de criar as condições para que a taxa de crescimento do PIB retornasse, pelo menos ao seu nível histórico, foi implantado o Plano Real no ano de 1994. Em consequência disso, houve a estabilização dos preços e a implementação de uma etapa mais avançada do capitalismo brasileiro. Entretanto, tal feito não se materializou na desejada trajetória de crescimento (BRUM, 1999; LAMONICA; FEIJÓ, 2011).

No período de 1995 a 2006, o crescimento econômico foi lento, mas obteve-se certa estabilidade de preços. Nessa fase, ocorreu a abertura econômica e financeira, com invariabilidade de preços e regime de câmbio fixado, até janeiro de 1999 (LAMONICA; FEIJÓ, 2011).

A abertura econômica e financeira se intensificou e estabeleceu-se um novo cenário com um conjunto de mudanças que possibilitou a redução dos preços dos insumos e bens de capital, o que contribuiu para o movimento de modernização dos processos produtivos nas indústrias. No entanto, a valorização do câmbio e a eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias provocou um aumento rápido e exagerado das importações, ou seja, tornou competitivas as importações de produtos finais, criando um novo padrão de concorrência com a produção doméstica, além de deixar a Balança Comercial deficitária (BRUM, 1999; LAMONICA; FEIJÓ, 2011).

Contudo, a produtividade industrial se recuperou, em relação aos anos 1980, mas tal recuperação está associada à busca pela eficiência organizacional e modernização, sem que isso significasse investimentos expressivos em capital físico, confirmando uma melhoria na produtividade industrial, sem contribuir para a expansão significativa do PIB (LAMONICA; FEIJÓ, 2011).

A partir de 2002, houve geração de saldos positivos na balança comercial devido ao crescimento da demanda internacional, além de um cenário internacional de elevada liquidez (LAMONICA; FEIJÓ, 2011). Entre 2003 e 2006, período de crescimento expressivo das exportações, o setor intensivo em recursos naturais vem aumentando sua participação em função do aumento da demanda global por commodities (ALMEIDA, 2007).





No período de 2007 a 2018, parte das transformações da estrutura industrial do Brasil é vista como pertencente a um processo de desindustrialização (CONCEIÇÃO, 2018). As características desse processo são a perda de participação da indústria de transformação na economia, a ampliação de setores menos intensivos em tecnologia na estrutura industrial e a perda de adensamento e de cadeias produtivas (BRESSER-PEREIRA, 2010a; CONCEIÇÃO, 2018; OREIRO; FEIJÓ, 2010). No entanto, existem duas principais linhas de pensamento sobre a existência ou não de um processo de desindustrialização, no Brasil: os ortodoxos e os heterodoxos. Este assunto será explorado mais profundamente na próxima sessão.

### **DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL**

Nas últimas décadas, um grupo de pesquisadores tem levantado a questão de um possível processo de desindustrialização no Brasil (PALMA, 2005). Entretanto, outro grupo defende que não se trata de desindustrialização, mas que consiste em um processo de perda relativa da importância do segmento industrial, na renda e emprego nacional, que foi transferido para o setor de serviços (BONELLI; PESSÔA, 2010; NAKAHODO; JANK, 2006; NASSIF, 2008).

É possível observar duas posições claramente definidas sobre esse tema. De um lado, temos os assim chamados “novo-desenvolvimentistas”, que defendem a tese de que a economia brasileira vem passando por um processo de desindustrialização, nos últimos 20 anos. Segundo eles, esse fenômeno teria sido causado pela combinação entre a abertura financeira, a valorização dos termos de troca e o câmbio apreciado (BRESSER-PEREIRA, 2010a; LOURES; OREIRO; PASSOS, 2006; OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Para Palma (2005), a desindustrialização, ou a “nova doença holandesa”, que atingiu o Brasil e outros países da América Latina foi consequência da mudança do regime de substituição de importações por outro que, a partir da década de 1990, combinou mudanças institucionais financeiras e a liberalização comercial. Isso teria como consequência não apenas a perda precoce de participação da indústria no PIB nacional, mas representaria o retorno a um padrão de especialização internacional, baseado em produtos intensivos e em recursos naturais.

De outro lado, temos os “economistas ortodoxos”. Eles afirmam que as transformações ocorridas na economia brasileira não tiveram efeito negativo sobre a indústria. Pelo contrário, reiteram que os resultados das reformas favoreceram a indústria, ao permitir a importação de máquinas e equipamentos tecnologicamente mais avançados, viabilizando a modernização do parque industrial brasileiro e, conseqüentemente, promovendo a expansão da produção industrial, como no caso da apreciação do câmbio real (BONELLI; PESSÔA, 2010; NAKAHODO; JANK, 2006; NASSIF, 2008). Como isso não é, necessariamente, um fenômeno negativo, a relação pode existir com a sustentação do crescimento econômico no longo prazo ou com respeito ao padrão de bem-estar de sua sociedade (NASSIF, 2008). De forma a esquematizar o que é defendido por linha de pensamento, foi elaborado o Quadro 1, com as respectivas abordagens.

**Quadro 1:** Enfoque das linhas de pensamento ortodoxo e heterodoxo quanto à desindustrialização do Brasil

<b>Bloco</b>	<b>Correntes de Pensamento</b>	<b>Enfoque</b>	<b>Âmbito da Política Industrial</b>
ORTODOXO	Neoclássica	A desindustrialização de um país não é necessariamente um fenômeno negativo, seja em relação ao crescimento econômico no	Falhas no mercado



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

		longo prazo, seja com respeito ao padrão de bem-estar de sua sociedade	
HETERODOXO	Desenvolvimentista e Evolucionária (Inovação)	Redução persistente da participação do emprego industrial, no emprego total de um país ou região. De modo mais amplo, a desindustrialização é a redução do emprego industrial, na proporção do emprego total e do valor adicionado no PIB.	Desenvolvimento das nações Evoluções das competências dos agentes econômicos para inovação

Fonte: adaptado de (NASSIF, 2008; OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Posto isso, faz-se necessário conceituar de forma a equalizar como essas correntes de pensamento definem a desindustrialização. Para os ortodoxos, a desindustrialização de um país não é necessariamente um fenômeno negativo, seja em relação ao crescimento econômico no longo prazo, seja com respeito ao padrão de bem-estar de sua sociedade (NASSIF, 2008).

Os países de renda mais baixa contam com maior participação relativa dos setores primários no PIB, mas à medida que alcançam níveis médios de renda per capita, essa participação excedente é transferida para o setor industrial. Quando, por sua vez, este alcança níveis elevados e sustentáveis de renda per capita, a perda de participação do setor industrial no produto agregado e, principalmente, no emprego total é transferida para o setor de serviços (CLARK, 1957).

Por sua vez, os heterodoxos defendem que o conceito “clássico” de desindustrialização foi definido por Rowthorn e Ramaswamy (1999). E, como tal, é uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Porém, Tregenna (2009) ampliou, recentemente, o conceito clássico de desindustrialização como sendo a redução do emprego industrial na proporção do emprego total e do valor adicionado no PIB.

Oreiro e Feijó (2010) descrevem algumas observações importantes sobre essa ampliação do conceito. A primeira é que, é compatível com um crescimento expressivo da produção da indústria em termos físicos, ou seja, uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos ou de valor adicionado na economia nacional. Então, a simples expansão da produção industrial em quantidade não pode ser utilizada como indícios na inexistência de desindustrialização.

A segunda observação afirma que a desindustrialização não está, essencialmente, vinculada à reprimarização da pauta de exportação (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Entretanto, pode estar vinculada à transferência para o exterior das atividades manufaturas mais intensivas em trabalho ou com menor valor adicionado, diminuindo a participação da indústria no emprego e no valor adicionado. Nesse caso, a desindustrialização foi promovida por um aumento da participação de produtos com maior conteúdo tecnológico e maior valor adicionado na pauta de exportações. Consequentemente, isso é uma desindustrialização “positiva” (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

No entanto, se acontece uma reversão no processo das exportações, priorizando ou potencializando as commodities, produtos primários e manufaturas com baixo valor adicionado ou baixo conteúdo tecnológico, então, isso pode ser sintoma da ocorrência de desindustrialização “negativa” ou da chamada “doença holandesa” (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Verifica-se, principalmente, pela descoberta de um recurso natural escasso, com preço de mercado superior ao custo marginal social de produção, gerando uma apreciação da taxa de câmbio real. Tal fato, segundo Bresser-Pereira (2010a), produz uma externalidade negativa sobre o setor produtor de bens manufaturados. Em outras palavras, a desindustrialização causada pela doença holandesa



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

está associada a déficits comerciais crescentes, da indústria, e superávits comerciais (crescentes), no setor não industrial (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Para Oreiro e Feijó (2010), a desindustrialização causada pela doença holandesa é, também, denominada de “desindustrialização precoce”. Isso, porque a mesma se iniciaria a um nível de renda per capita inferior ao observado nos países desenvolvidos, quando os mesmos iniciaram o seu processo de desindustrialização. Dito de outra forma: os países afetados pela doença holandesa iniciam o seu processo de desindustrialização sem terem alcançado o “ponto de maturidade” de suas respectivas estruturas industriais e, portanto, sem terem esgotado todas as possibilidades de desenvolvimento econômico, que são permitidas pelo processo de industrialização (OREIRO; FEIJÓ, 2010; OREIRO; MARCONI, 2014).

Para os economistas ortodoxos, a ocorrência ou não do fenômeno da desindustrialização é irrelevante, haja vista que o crescimento de longo prazo é consequência apenas da “acumulação de fatores” e do “progresso tecnológico”. Sendo assim, é independente da composição setorial da produção. Para eles, uma unidade de valor adicionado tem o mesmo significado para o crescimento de longo prazo, seja ela gerada na indústria, na agricultura ou no setor de serviços (NASSIF, 2008; OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Por sua vez, os economistas heterodoxos acreditam que a indústria é o motor do crescimento de longo prazo das economias capitalistas. Para esta corrente, a indústria tem um papel especial, pois ela é responsável pelos retornos crescentes de escala, indispensável para a sustentação do crescimento no longo prazo. Além do mais, é a fonte ou a principal difusora do progresso tecnológico e permite o relaxamento da restrição externa ao crescimento de longo prazo (BRESSER-PEREIRA, 2010b; OREIRO; FEIJÓ, 2010; OREIRO; MARCONI, 2014; TREGENNA, 2009).

Notadamente, ambas as correntes de pensamento possuem argumentos para diagnosticar a evidência de desindustrialização no Brasil. Os ortodoxos defendem que não existe desindustrialização no setor industrial brasileiro. De acordo com os dados apresentados por Nassif (2008), a participação no valor adicionado da indústria dos setores intensivos em recursos naturais e em trabalho teria passado de 46,26%, em 1996, para 49,79%, em 2004. A participação conjunta dos setores intensivos em escala, diferenciada e baseada em ciência, passou de 53,72%, em 1996, para 50,15%, em 2004.

Os heterodoxos, por sua vez, defendem que a economia brasileira teria passado por um processo de desindustrialização já nas décadas de 1980 e 1990, tanto em termos da participação do emprego, como da participação no valor adicionado. As informações da época revelam que a participação da indústria no PIB, a custo de fatores, teria se reduzido de 42,3% para 31,4%, no período de 1985 a 1995. Além disso, que esse processo de desindustrialização seria basicamente sobre os prospectos de crescimento da economia brasileira, pois estaria associado à transferência de recursos e de trabalho da indústria para setores com menor produtividade do trabalho, gerando um menor crescimento no longo prazo (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Contudo, as discussões das duas correntes de pensamento têm mantido o debate limitado ao comportamento da indústria brasileira, no período posterior à mudança do regime cambial, de 2004 a 2008. Nele, verificou-se a aceleração da taxa de crescimento do valor adicionado da indústria de transformação, relativamente ao período 1995 a 1999. Os economistas ortodoxos defendem a tese de que, para esse período não existem dados que comprovem a continuidade do processo de desindustrialização da economia brasileira. Já os heterodoxos, por sua vez, dizem



OBSERVADR





que as mudanças macroeconômicas pelas quais o Brasil passou, pós-1999, com a implementação do tripé metas (inflação/superávit primário/câmbio flutuante), teria permitido um crescimento bastante robusto da produção industrial, eliminando, assim, o fantasma da desindustrialização.

Para ambas as correntes, a dificuldade para avaliar a continuidade ou não do processo de desindustrialização, no período posterior à mudança do regime cambial, consiste na alteração da metodologia de cálculo do PIB, implementada pelo IBGE no primeiro trimestre de 2007. Dado que, isso inviabiliza a comparação entre as séries da participação do valor adicionado da indústria no PIB, nos períodos anterior e posterior a 1995 (MARCONI; ROCHA, 2012; NASSIF, 2008; OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Posto isso, é possível perceber nos estudos encontrados que, os chamados ortodoxos fazem suas avaliações da existência ou não da desindustrialização pelo indicador de produtividade do trabalho, que costuma ser calculada ora pela razão entre produção física e pessoal ocupado, ora pelo quociente entre o valor adicionado e o pessoal ocupado (NASSIF, 2008). Por outro lado, os heterodoxos, como Bresser-Pereira (2010a), Oreiro e Marconi (2014) e Oreiro e Feijó (2010) defendem que a desindustrialização da economia brasileira seria o resultado da doença holandesa, olhando pelo viés do saldo da balança comercial de commodities. Apresentam dados que revelam um superávit crescente de US\$ 11 bilhões em 1992 e US\$ 46,8 bilhões em 2007 e com saldo da balança comercial de manufaturados em superávit de US\$ 4 bilhões em 1992, para um déficit de US\$ 9,8 bilhões em 2007.

Segundo Bresser-Pereira (2010a), no final dos anos 1940 a indústria representava 20% do PIB brasileiro, em 1985 chegou a 36%, contudo em 2008 havia baixado para 16%. Ele critica os economistas que negam que o país venha sofrendo desindustrialização, pois a desindustrialização não seria apenas brasileira, mas de todos os países, em função de que com o desenvolvimento econômico, a participação dos serviços sofisticados aumenta e a participação da indústria de transformação cai. Porém, a situação é diferente para os países ricos “(...) que, a partir de certo ponto, passam a deslocar sua mão de obra da indústria para setores de serviços com valor adicionado per capita maior. Não é o caso do Brasil. Nossa desindustrialização é para produzir mais commodities” (BRESSER-PEREIRA, 2010a, p. 1).

Então, fica aparente que o conceito debatido é o mesmo, ou seja, a desindustrialização positiva e a desindustrialização negativa como consequência da doença holandesa. No entanto, os dados analisados e os períodos são distintos, uma vez pela adaptação metodológica do IBGE e outra, pela seleção de diferentes recortes temporais de análise.

Iniciamos com a Tabela 1 que mostra do Valor Adicionado Bruto (VAB) para os segmentos de agropecuária, indústria, serviços e administração pública.

**Tabela 1 – VAB nacional por segmento no período de 2002-2017 (em R\$ 1000)**

Ano	VAB agropecuária a preços correntes	VAB indústria a preços correntes	VAB serviços a preços correntes	VAB administração pública a preços correntes	Total VAB
2002	81.515.199	334.907.570	644.403.214	209.388.684	1.270.214.667
2003	105.949.165	396.568.543	732.543.684	235.655.842	1.470.717.234
2004	110.912.703	475.863.218	815.527.583	259.678.619	1.661.982.123
2005	100.957.547	524.686.244	922.044.705	295.129.906	1.842.818.402



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

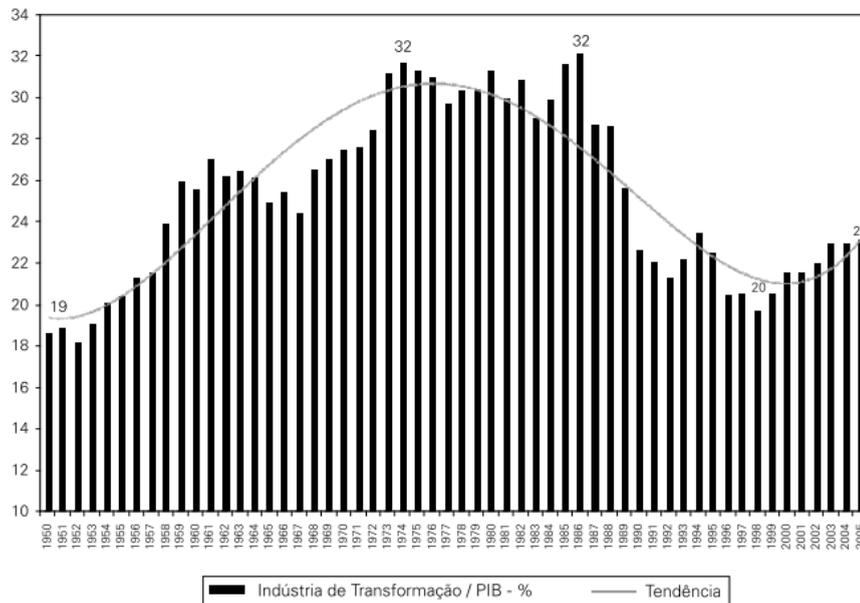
2006	105.294.011	567.281.406	1.043.094.775	333.619.786	2.049.289.978
2007	120.151.715	629.071.171	1.193.195.221	377.110.174	2.319.528.281
2008	142.051.182	717.907.186	1.332.296.659	434.222.689	2.626.477.716
2009	149.212.635	729.222.075	1.484.149.306	487.178.806	2.849.762.822
2010	159.932.000	904.158.000	1.700.905.000	537.845.000	3.302.840.000
2011	190.024.000	1.011.034.000	1.921.344.000	598.059.000	3.720.461.000
2012	200.695.000	1.065.682.000	2.175.781.000	652.101.000	4.094.259.000
2013	240.290.000	1.131.626.000	2.435.657.000	746.187.000	4.553.760.000
2014	249.975.000	1.183.094.000	2.722.857.000	816.808.000	4.972.734.000
2015	258.967.000	1.160.787.000	2.850.260.000	885.587.000	5.155.601.000
2016	306.655.000	1.150.720.000	3.017.326.000	945.121.000	5.419.822.000
2017	302.971.000	1.196.931.000	3.168.889.000	1.000.975.000	5.669.766.000
<b>Total</b>	<b>2.825.553.157</b>	<b>13.179.539.413</b>	<b>28.160.274.147</b>	<b>8.814.667.506</b>	<b>52.980.034.223</b>

Fonte: IBGE PIB por município 2002-2009 e 2010-2017, adaptado pelos autores.

Por meio desta tabela é possível observar que todos os segmentos tiveram crescimento no seu VAB e, que o segmento que fica com o maior VAB é o de serviços. Estudos como os de Oreiro e Feijó (2010) trazem indicadores mais antigos e analisados a partir do PIB, que apontam as seguintes conclusões:

(...) Almeida (2006) mostra que a participação da indústria de transformação no PIB apresentou uma nítida tendência a queda no período compreendido entre 1985 e 1998 (Figura 1). Essa tendência teria sido, no entanto, parcialmente revertida a partir de 1999, com a mudança do regime cambial brasileiro, o que possibilitou, pelo menos até 2005, a redução ou eliminação da sobrevalorização cambial ocorrida no período 1995- 1998 (ALMEIDA (2006), APUD OREIRO, FEIJÓ (2010) PG. 225).

**Figura 1 – Brasil – Participação da Industria de transformação no PIB - %**



FONTE: Almeida (2006), Apud Oreiro, Feijó (2010) Pg. 226.

Conforme ressaltado por Oreiro e Feijó (2006) o período estudado por Almeida (2006), teve interferência da mudança no regime cambial brasileiro. Por estes e outros motivos, os estudos pesquisados, não podem ser considerados conclusivos para a comprovação de um processo de desindustrialização instaurado.

Já, de acordo com o estudo de Nassif (2008), a desindustrialização não seria um processo de perda de importância da indústria (no emprego e no valor adicionado), mas de mudança na estrutura interna da própria indústria em direção a setores intensivos em recursos naturais e trabalho. Contudo, o mesmo autor reconhece que na segunda parte da década de 1980 houve uma redução significativa da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro.

Ademais, se analisarmos os dados do VAB em percentual por segmento, verificamos que os percentuais não variaram muito no período estudado. Por este motivo, reforça-se a tese de que os períodos analisados anteriormente, década de 1980 e 1990, foram períodos conhecidos como década perdida<sup>7</sup>, liberalização comercial e a troca cambial<sup>8</sup>, respectivamente.

Por fim, apresenta-se a Tabela 2 com os percentuais de representatividade do VAB em cada segmento, dentro do período analisado de 2002 a 2017.

**Tabela 2 – Representatividade por segmento no período de 2002-2017 no VAB nacional**

Ano	Agropecuária % do VAB	Industria % do VAB	Serviços % do VAB	Administração % do VAB
2002	6,42	26,37	50,73	16,48

<sup>7</sup> Década perdida é uma referência feita à economia brasileira durante os anos 1980, por conta da estagnação econômica, do baixo crescimento do PIB, da acentuada inflação no período e aumento da desigualdade.

<sup>8</sup> Os regimes cambiais brasileiros do Plano Collor às vésperas do Plano Real e as mudanças no regime cambial introduzidas pelo Plano Real. Ver mais sobre em:

<http://revistas.fee.tcche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1014/1323%3E>



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

2003	7,20	26,96	49,81	16,02
2004	6,67	28,63	49,07	15,62
2005	5,48	28,47	50,03	16,02
2006	5,14	27,68	50,90	16,28
2007	5,18	27,12	51,44	16,26
2008	5,41	27,33	50,73	16,53
2009	5,24	25,59	52,08	17,10
2010	4,84	27,38	51,50	16,28
2011	5,11	27,17	51,64	16,07
2012	4,90	26,03	53,14	15,93
2013	5,28	24,85	53,49	16,39
2014	5,03	23,79	54,76	16,43
2015	5,02	22,52	55,28	17,18
2016	5,66	21,23	55,67	17,44
2017	5,34	21,11	55,89	17,65
<b>Média</b>	<b>5,33</b>	<b>24,88</b>	<b>53,15</b>	<b>16,64</b>

Fonte: IBGE PIB por município 2002-2009 e 2010-2017, adaptado pelos autores.

Analisando por meio de percentuais, fica mais claro que houve uma eminente redução da representatividade do VAB, referente à indústria no período entre 2004 de 28,63% para 21,11% em 2017. Contudo, essa variação carece de mais estudos para comprovar a desvalorização da indústria neste período, pois, para diagnosticar as causas, é um processo demorado e que envolvem muitos dados complementares, de períodos longos e em paridade com todos os segmentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro ponto a destacar nas considerações finais é que, alguns autores citam a desindustrialização como “doença holandesa”, contudo, a desindustrialização causada pela “doença holandesa” está associada a déficits comerciais crescentes, da indústria, e superávits comerciais (crescentes), no setor não industrial, ou seja, a “doença holandesa” pode causar desindustrialização, mas nem toda a desindustrialização é uma “doença holandesa”.

Segundo ponto é que o processo brasileiro de desindustrialização não está identificado com precisão, porque as pesquisas estudadas demonstram divergências quanto à constatação de evidências e quanto ao conceito usado como base. Alguns autores negam o fato de haver o processo de desindustrialização instaurado, enquanto que outros, defendem a existência da desindustrialização e ambos analisam elementos, números ou períodos diferentes.

O fato é que as taxas de crescimento econômico do setor industrial brasileiro estão em queda e esse fato desencadeou vários estudos sobre estar ou não ocorrendo um processo de desindustrialização no Brasil. Estes estudos, levaram a evidenciar a recorrente queda da



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

participação do setor industrial na constituição do Produto Interno Bruto (PIB), da taxa de Pessoal Ocupado (PO) e, conseqüentemente, do Valor Adicionado Bruto (VAB)<sup>9</sup>.

No referencial construído para este artigo, verificam-se vários períodos históricos em que houve políticas de incentivo a indústria no Brasil e que estes geram, de certo modo, um desenvolvimento maior no setor, dando a devida importância da participação do Estado neste processo. No entanto, a simples expansão da produção industrial não caracteriza a inexistência de desindustrialização.

Cabe destacar, que a desindustrialização era conceituada como um declínio da participação da indústria na parcela do emprego total e agora, conta-se com o conceito ampliado de desindustrialização, ou seja, que uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância tanto como fonte geradora de empregos e de valor adicionado para a economia nacional.

Portanto, tendo como apoio os estudos nas diversas linhas de pensamentos, com base no conceito ampliado de desindustrialização e analisando os dados coletados, conforme a Tabela 1 e 2, é possível constatar um processo de desindustrialização no Brasil. Os VABs da indústria tiveram relativa queda entre 2005 e 2017 de 7,52%, com ponto de máximo e mínimo entre 28,63% e 21,11%. Contudo, os dados não são conclusivos e por este motivo, sugere-se que estudos sobre a possibilidade de um processo de desindustrialização no Brasil, seja estudado com mais detalhes e com análise de dados quantitativos e qualitativos em um período de tempo mais longo, iniciando na década de 1970, e mais atual, indo até o ano de 2019.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. Ocorreu uma desindustrialização no Brasil? **IEDI**, 2007.

BALESTRO, M. V.; DE TONI, J. Mudança ou continuidade? Contradições do desenvolvimento industrial da primeira década do século XXI. **Latitude**, v. 12, n. 2, p. 509–545, 2017.

BONELLI, R.; PESSÔA, S. D. A. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência [Deindustrialization in Brazil: a summary of evidence]. **Ibre/Fgv**, v. Discussion, p. 61, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Brasil vive desindustrialização. **Economia & Tecnologia**, v. 22, p. 185–186, 2010a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desindustrialização e câmbio. **indústria brasileira.doc**, p. 9–11, 2010b.

BRUM, A. J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

<sup>9</sup> O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia.





**II SLAEDR** SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**VI SIDER** SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**III SIDETEG** SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 831–851, 2012.

CARGNIN, A. P. **Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: Vestígios, Marcas e Repercussões Territoriais**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2014.

CLARK, C. **The Conditions of Economic Progress**. London: Macmillan, 1957.

CONCEIÇÃO, C. S. Evolução estrutural da indústria de transformação do RS — 2007-15. **Carta de Conjuntura FEE**, v. 27, n. 3, p. 0–17, 2018.

CURADO, M. Industrialização e desenvolvimento : uma análise do pensamento econômico brasileiro. **Economia e Sociedade**, v. 3, n. 49, p. 609–640, 2013.

FONSECA, P. **As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino** *Revista brasileira de economia*, 2000. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402000000300004&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402000000300004&script=sci_arttext&tlng=es)>

LAMONICA, M. T.; FEIJÓ, C. A. DE. Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1, p. 118–138, 2011.

LOURES, R. ; OREIRO, J. ; PASSOS, C. A. K. Desindustrialização: a crônica da servidão consentida. **Economia e Tecnologia**, v. 4, n. 2, 2006.

LUZ, N. V. **A Luta pela Industrialização do Brasil**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1978. v. 3  
MARCONI, N.; ROCHA, M. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce – o caso brasileiro. **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 853–888, 2012.

MEDEIROS, C. A. DE. A Economia Brasileira No Novo Milênio: Continuidade E Mudanças Nas Estratégias De Desenvolvimento. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, p. 1–16, 2017.

NAKAHODO, S. N.; JANK, M. S. A FALÁCIA DA “DOENÇA HOLANDESA” NO BRASIL. **Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais**, p. 1–24, 2006.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 72–96, 2008.

NORONHA, DAISY PIRES; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. In: **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219–232, 2010.





**II SLAEDR** SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**VI SIDER** SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**III SIDETEG** SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. Teses Equivocadas no Debate sobre Desindustrialização e Perda de Competitividade da Indústria Brasileira. **Nact**, v. 3, n. 5, p. 24–48, 2014.

OTOYA, N. Oil in 20 th century Brazil: Energy Dependence in the Second World War. **Varia Historia**, v. 34, n. 65, p. 347–374, 2018.

PALMA, J. G. Four sources of deindustrialization and a new concept of the Dutch disease. In: OCAMPO, J. A. (Ed.). . **Beyond Reforms : Structural Dynamics and Macroeconomic Vulnerability**. Washington: Palo Alto, 2005. p. 71–116.

PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. DE. **BUROCRACIA e POLÍTICAS PÚBLICAS no BRASIL interseções analíticas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018.  
ROWTHORN, B.; RAMASWAMY, R. Growth, Trade, and Deindustrialization. **IMF Working Papers**, v. 98, n. 60, p. 1, 1999.

SQUEFF, G. C. Desindustrialização em Debate: Aspectos Teóricos e Alguns fatos estilizados da Economia Brasileira. **Radar**, n. 21, p. 7–17, 2012.

TREGENNA, F. Characterising deindustrialisation: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, n. 3, p. 433–466, 2009.

VIEIRA, F. V.; AVELLAR, P. A.; VERÍSSIMO, M. P. Indústria e crescimento econômico: evidências para países desenvolvidos e em desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 3, p. 485–502, 2014.



OBSERVADR

